



O espaço kantiano: uma análise da interpretação de Henry Allison

*Alexandre Pavani da Silva**

Resumo: Apesar de a Estética Transcendental se caracterizar como um trecho curto e aparentemente introdutório da Crítica da Razão Pura, seu conteúdo é essencial para compreender como Immanuel Kant lida com a questão central em torno do qual sua primeira Crítica é erigida: Como são possíveis os juízos sintéticos a priori? Nesse sentido, centrando sua argumentação no conceito de espaço, busca estabelecer critérios de validação para a aplicação de conceitos puros na formulação de conhecimentos apodícticos sobre a experiência sensível. Contudo, as conclusões a que chegam os comentários tradicionais da obra de Kant, impõem questões problemáticas sobre as consequências das conclusões de Kant. Sobretudo, no que se refere à tese da idealidade transcendental do espaço. Tendo em mente essas problemáticas questões, buscaremos analisar detidamente duas possíveis interpretações da Estética Transcendental. Primeiramente, buscaremos analisar a interpretação tradicional, que entende a Estética Transcendental como uma tentativa de resolver os problemas que as teorias de Newton e Leibniz sobre o espaço deixam em aberto. Em seguida, abordaremos a interpretação de Henry Allison, que busca ser uma defesa da tese da idealidade transcendental. Veremos que a interpretação de Allison traz novos recursos interpretativos, os quais nos permitem uma compreensão mais abrangente da teoria de Kant em relação à perspectiva tradicional.

Palavras-chave: Immanuel Kant; Estética Transcendental; Idealidade Transcendental do Espaço; Henry Allison.

* Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: alexandre.pavani.silva@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1092229219117998>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3663-8300>.

The kantian space: an analysis of Henry Allisson's Interpretation

Abstract: Although the Transcendental Aesthetics characterization as a short and apparently introductory excerpt of the Critique of Pure Reason, its content is essential to understand how Immanuel Kant deals with the central question around which his first Critique is constructed: How are synthetic a priori judgments possible? In this sense, centering his argument on the concept of space, he seeks to establish a validation criterion for the application of pure concepts in the formulation of apodictic knowledge about sensible experience. The conclusions reached by traditional commentaries on Kant's work, however, impose problematic questions about the consequences of Kant's conclusions. Particularly, with regard to the thesis of the transcendental ideality of space. Bearing in mind these problematic issues, we will seek to analyze two possible interpretations of Transcendental Aesthetics. First, we will try to analyze the traditional interpretation, which understands Transcendental Aesthetics as an attempt to solve the problems that Newton's and Leibniz's theories of space leave open. Next, we will address Henry Allison's interpretation, which seeks to be a defense of the thesis of transcendental ideality. We will see that Allison's interpretation brings in new interpretative resources, which allow us a more comprehensive understanding of Kant's theory compared to the traditional perspective.

Keywords: Immanuel Kant; Transcendental Aesthetic; Transcendental Ideality of Space; Henry Allison.

Introdução

Apesar de a Estética Transcendental se caracterizar como um trecho relativamente curto e aparentemente introdutório da Crítica da Razão Pura, seu conteúdo é essencial para compreender como Immanuel Kant lida com o problema central em torno do qual sua primeira Crítica é erigida: Como são possíveis os juízos sintéticos a priori? A fim de elucidar essa problemática questão, na Estética Transcendental Kant direciona sua investigação filosófica para o processo de formulação de conhecimentos apodícticos a partir da experiência sensível. Com efeito, esta é a primeira

parte do desenvolvimento denominado por Kant como a Doutrina Transcendental dos Elementos, a qual tem como fim estabelecer uma ampla argumentação sobre como nossa capacidade cognitiva formula conhecimentos apodícticos sobre elementos intuídos pela sensibilidade e pensados pelo entendimento. Sendo assim, podemos afirmar que, nessa primeira parte da Doutrina Transcendental dos Elementos, o filósofo de Königsberg busca desenvolver tanto uma teoria sobre as intuições puras da sensibilidade, quanto argumentos em defesa da idealidade transcendental do espaço e do tempo. Tendo em vista atingir essa meta, Kant estabelece a conclusão final para a qual a investigação filosófica desenvolvida nas exposições metafísica e transcendental sobre os conceitos do espaço e do tempo devem convergir: “Nesta investigação se apurará que há duas formas puras da intuição sensível, como princípios do conhecimento a priori, a saber, o espaço e o tempo[...]” (CRP, A22/B36) ¹. Nesse sentido, podemos afirmar que as Exposições tem o fim de investigar a validade dessa proposição, partindo do pressuposto de que o espaço e o tempo são intuições puras. Com efeito, Kant afirma que as intuições puras, necessária e universalmente, ordenam e dão forma à matéria dada pela sensação, são a forma dos sentidos externo e interno. Além disso, afirma que tais intuições puras estão dadas a priori no ânimo, prontas para serem aplicadas à sensação antes da experiência sensível, como condição de possibilidade da representação de objetos percebidos pelos sentidos como algo que ocupa um lugar no espaço e perdura no tempo. Kant afirma:

Mas como poderá haver no espírito uma intuição externa que preceda os próprios objetos e que permita determinar a priori o conceito destes? É evidente que só na medida em que se situa simplesmente no sujeito, como forma do sentido externo em geral, ou seja, enquanto propriedade formal do sujeito de ser afetado por objetos e, assim, obter uma representação

¹ Nas citações que se referem à obra *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant utilizaremos a sigla CRP para se referir à obra, seguida do número da paginação na edição A de 1781 ou B de 1787.

imediate dos objetos, ou seja, uma intuição (CRP, B 41).

O trecho supracitado deixa clara a forma como Immanuel Kant concebe o espaço, como um estado ou uma modificação do ânimo, uma característica formal do sentido externo que possibilita a representação de objetos espaciotemporais percebidos pela sensibilidade. Contudo, a proposição supracitada nos impõe questões problemáticas sobre as conclusões a que a argumentação kantiana sobre o espaço chega. Por um lado, estabelece uma distinção entre a realidade fenomênica e a realidade em si, o que, por conseguinte, sugere que os objetos em si mesmos não são espaciotemporais. Por outro lado, sugere que o espaço kantiano, a forma do sentido externo, é tanto empiricamente real (objetivamente válido apenas quando se refere àquilo que nos é dado pela sensibilidade), quanto transcendentemente ideal (irreal quando se refere a objetos que não tem relação com nossa sensibilidade).

Tais conclusões, a que chegam os comentários tradicionais da obra de Kant, impõem questões problemáticas sobre as consequências das conclusões de Kant. Sobretudo, no que se refere à tese da idealidade transcendental do espaço, a qual, de acordo com a interpretação tradicional, não implica necessariamente que o espaço seja apenas a forma da sensibilidade e nada mais. Tal questionamento aponta que uma hipótese fora negligenciada por Kant na *Estética Transcendental*, afinal, em sua investigação o filósofo prussiano parte da premissa de que o espaço: Ou é uma propriedade dos objetos físicos, ou é uma propriedade subjetiva de nossa capacidade cognitiva. Ora, o espaço não poderia ser tanto uma propriedade dos objetos em si mesmos quanto um aspecto formal de nossa sensibilidade? Além disso, ao afirmar que o espaço é a forma da sensibilidade e nada mais, Kant estaria afirmando que o objeto em si não tem propriedades espaciotemporais? Tendo em mente essas problemáticas questões, buscaremos analisar detidamente duas possíveis interpretações da *Estética Transcendental*.

Primeiramente, buscaremos analisar a interpretação tradicional, a qual entende que os argumentos da *Estética Transcendental* foram

formulados por Kant como uma tentativa de resolver os problemas que as teorias de Newton e Leibniz sobre o espaço deixam em aberto. E que, por conseguinte, entende a Estética Transcendental como um trecho introdutório da Crítica que deve ser interpretado à parte do restante da Crítica. Em seguida, abordaremos a interpretação de Henry Allison em busca de uma defesa para a tese da idealidade transcendental do espaço, a qual, para Allison é validada pelas conclusões das Exposições Metafísica e Transcendental do conceito do espaço. Também analisaremos a hipótese aventada por Allison de que a Estética deveria ser pensada como a parte de um desenvolvimento mais amplo de Kant, a tese da discursividade do conhecimento.

A interpretação tradicional: Kant contra Newton e Leibniz

Antes da Estética Transcendental, duas teses promissoras alegavam explicar com clareza o conceito de espaço. Por um lado, Isaac Newton afirmava que o espaço é um ente real e absoluto, imóvel e imutável, o qual contém tudo o que existe: “O espaço absoluto, sem se relacionar com nada externo, permanece sempre imutável e imóvel em sua própria natureza” (NEWTON, *apud* KÖRNER, 1990, p. 33, tradução nossa)². Por outro lado, Gottfried Wilhelm Leibniz considera que o espaço só pode ser concebido como um conjunto de relações ordenadas dos objetos espaciotemporais coexistentes. De acordo com esta perspectiva, o espaço: “É algo meramente relativo como o é o tempo”, “Uma ordem de coexistências como o tempo é uma ordem de sucessões.” (LEIBNIZ, *apud* KÖRNER, 1990, p. 33, tradução nossa)³. Com efeito, a formação acadêmica racionalista de Immanuel Kant acaba imbuindo suas obras pré-críticas com o pensamento leibniziano, o que poderia nos levar a crer que o filósofo

² “*Absolut Space, in its own nature, without relation to anything external, remains always similar and immovable*” (NEWTON, *apud* KÖRNER, 1990, p. 33).

³ “*is merely relative as time,*” “*an order of coexistences as time is na order of sucessions*” (LEIBNIZ, *apud* KÖRNER, 1990, p. 33).

prussiano simpatiza com a tese de Leibniz sobre o espaço, contudo, tal como apontado por Körner (1990):

Na controvérsia entre os Newtonianos e os Leibnizianos, Kant se colocou ao lado dos primeiros, pelo menos a partir de 1768, quando publicou um breve artigo cujo título poderia ser traduzido livremente como “A base final ou o fundamento da diferença de direção no espaço”. Lá ele considera, entre outras coisas, objetos que são “contrapartidas incongruentes” um do outro, tais como a luva da mão esquerda e a da mão direita. As luvas são inteiramente semelhantes, mas não podem (mesmo em momentos diferentes) ocupar o mesmo espaço (KÖRNER, 1990, p. 33-34, tradução nossa).⁴

Apesar de concordar com a crítica de Leibniz ao espaço absoluto de Newton, o filósofo prussiano soube reconhecer a importância das conclusões de Newton sobre as relações que os objetos espaciais mantêm entre si. Com efeito, o físico inglês não reconhecia a matemática e a geometria como um sistema de proposições puramente hipotético. Os conceitos primários que fundamentam sua argumentação não são hipotéticos e irrealis, tão menos podem ser justificados por verificação experimental, o que, por conseguinte, evidencia um caráter racionalista importante da metodologia de que Newton se vale para formular axiomas sobre as relações mecânicas estabelecidas pelos objetos espaciotemporais. Nesse sentido, podemos afirmar que é o método e não a conclusão de Newton que atrai a atenção de Kant e o faz pensar mais profundamente nessa questão. Tal como é apontado por Körner no trecho supracitado, podemos afirmar que Kant considerava a teoria de Newton e se valia de

⁴ “*In the controversy between the Newtonians and the Leibnizians Kant sided with the former at least as early as 1768 when he published a brief paper whose title might be freely translated as ‘The ultimate basis or ground of difference of direction in space’.* There he considers, among other things, objects which are “incongruent counterparts” one of the other, left- and right-hand glove. The gloves are entirely similar yet they cannot (even at different times) occupy the same space” (KÖRNER, 1990, p. 33-34).

alguns de seus argumentos para fundamentar os seus próprios pensamentos sobre o espaço. Um bom exemplo disso é o fenômeno das contrapartidas incongruentes, observado por Kant como um exemplo de diferenças que só podem se referir a um espaço absoluto e original. Além disso, dois anos mais tarde, em 1770, na *Dissertação Inaugural*, Kant reavalia o exemplo das contrapartidas incongruentes para afirmar que tal fenômeno não poderia ser explicado se assumirmos que o espaço é um conceito.

Um desenvolvimento que resulta na afirmação absoluta expressa como pressuposto do quarto argumento da *Exposição Metafísica* do espaço: “O espaço é representado como uma grandeza infinita dada” (CRP, A25/B40). Disto depreende-se que, segundo o filósofo prussiano, a representação original do espaço não pode ser um conceito e deve, necessariamente, ser uma intuição. Isto ocorre porque, de acordo com a Lógica tradicional, que Kant segue como lei, um conceito não pode encerrar tal representação, de um espaço como grandeza infinita dada, um conceito opõe-se à uma intuição por ser uma representação universal, ou de algo comum a diversos objetos, uma representação por expressar um aspecto que pode estar contido em diversos objetos⁵. “Todavia é assim que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito)” (CRP, A25/B40). Sendo assim, fica evidente que Kant evoca este aspecto da lógica tradicional para definir, por oposição, que a referida representação do espaço não pode ser caracterizada como conceito devendo, necessariamente, ser considerada como uma intuição. Diante disso, o filósofo prussiano passa a afirmar que o espaço deve ser caracterizado como uma intuição e não como um conceito, o que, por conseguinte, sugere um distanciamento do pensamento kantiano da concepção newtoniana do espaço. Guyer observa o seguinte:

⁵ Enquanto a análise do que está contido sob um conceito pode resultar em uma infinidade de marcas diferenciadoras (conceitos menores), nenhum conceito pode conter em si mesmo infinitas marcas definidoras (conceitos maiores). Para mais informações sobre a forma como Immanuel Kant distingue conceito e intuição consultar a obra *Lógica*, sobretudo o capítulo I “Dos Conceitos”.

Embora Kant pensasse que a concepção newtoniana de espaço e tempo como entes reais que contém a tudo e que existem independentemente do que eles contém pudesse servir para fundamentar o conteúdo matemático da física newtoniana, o que ele evidentemente aceitou sem reservas – e que de fato era tudo o que Newton afirmava como o mais correto (com sua famosa ressalva “*hypotheses non fingo*”) – ele tinha em mente de forma clara que os conceitos de espaço e tempo absolutos eram insustentáveis (GUYER, 1987, p. 350, tradução nossa).⁶

Nesse sentido, de acordo com a interpretação tradicional da *Estética Transcendental*, Immanuel Kant formula os argumentos circunscritos às Exposições Metafísica e Transcendental sobre o espaço para dar conta dos problemas deixados em aberto pelas teorias newtonianas e leibzianas. Com efeito, na exposição metafísica do espaço buscará explicitar qual seu conteúdo e sua origem, já na exposição transcendental buscará explicar como e se a representação do espaço pode servir como um princípio regulativo de nossa capacidade cognitiva. Os argumentos circunscritos à exposição metafísica têm como objetivo demonstrar que a representação do espaço é uma intuição pura, ou seja, que sua origem não é empírica, que seu conteúdo é único e que está dado imediatamente no espírito quando este é afetado por um objeto da sensibilidade. Disto, segundo Kant, depreende-se que a representação do espaço é única e una, e que suas propriedades só podem ser conhecidas a priori. Já nos argumentos circunscritos à exposição transcendental do espaço, Immanuel Kant buscará comprovar que a representação do espaço, tal como estabelecida, se caracteriza como um elemento subjetivo de nossa capacidade cognitiva, a qual fundamenta todo um conjunto de

⁶ “Although Kant thought that the Newtonian conception of space and time as all-embracing containers which exist independently of whatever they contain could serve to ground the mathematical content of Newtonian physics, which of course he accepted without reservation – and which indeed was all that Newton himself claimed was certain (with his famous reservation ‘*hypotheses non fingo*’) – he clearly thought the concepts of absolute space and time were otherwise untenable” (GUYER, 1987, p. 350).

conhecimentos sintéticos apriorísticos, notadamente a geometria, a ciência do espaço.

Neste sentido, devido à sua origem subjetiva, tal forma de intelecção acaba por codificar e descrever aspectos relativos à forma de todas as intuições sensíveis e, por conseguinte, nos revela apenas os aspectos formais dos aparecimentos. Contudo, ao afirmar que as representações do espaço e do tempo estão dadas a priori no ânimo, prontas a serem aplicadas na sensação imediatamente quando nossa sensibilidade é afetada, Kant não deixa claro qual é a origem e o conteúdo da intuição pura. O que, por conseguinte, pode impor um problema ontológico pior do que aquele que Kant se propôs a resolver, afinal, o que são o espaço e o tempo?

São entes reais? Serão apenas determinações ou mesmo relações de coisas, embora relações de espécie tal que não deixariam de subsistir entre as coisas, mesmo que não fossem intuídas? Ou serão unicamente dependentes da forma da intuição e, por conseguinte, da constituição subjetiva do nosso espírito, sem a qual esses predicados não poderiam ser atribuídos a coisa alguma? (CRP, A23/B38).

Tal como apontado por Lisa Shabel (2010, p. 97) cada uma das questões supracitadas fora cuidadosamente elaborada pelo filósofo prussiano a fim de referenciar cada uma das hipóteses mais promissoras para responder à questão: “Que são então o espaço e o tempo?” (CRP, A23/B38). A primeira questão faz referência à hipótese aventada por Newton e por aqueles a quem Kant definiria posteriormente como “os investigadores matemáticos da natureza” de que o espaço e tempo são entidades absolutas e subsistentes que possuem realidade atual por si mesmas. A segunda faz referência à hipótese aventada por Leibniz e por aqueles a quem o filósofo de Königsberg se referirá como “os metafísicos da natureza”, de que o espaço e o tempo são relações entre entidades que,

por sua vez, não são nem espaciais nem temporais⁷. E, por fim, a hipótese que o próprio filósofo prussiano busca defender, a qual postula que o espaço e o tempo são condições formais de nossa subjetividade sem as quais não podemos formular representações dos objetos dados pela sensibilidade.

Nesse sentido, centrando sua argumentação no conceito de espaço, busca estabelecer critérios de validação para a aplicação de conceitos puros na formulação de conhecimentos apodícticos sobre a experiência sensível. Ao afirmar que o espaço não é nada mais que a forma da sensibilidade, uma intuição pura dada a priori e que tem como fim ordenar e dar forma à sensação, Kant acaba por estabelecer uma radical distinção entre a realidade fenomênica e a realidade em si mesma. Kant afirma:

Mas como poderá haver no espírito uma intuição externa que preceda os próprios objetos e que permita determinar a priori o conceito destes? É evidente que só na medida em que se situa simplesmente no sujeito, como forma do sentido externo em geral, ou seja, enquanto propriedade formal do sujeito de ser afetado por objetos e, assim, obter uma representação imediata dos objetos, ou seja, uma intuição (CRP, B 41).

Diante disto, podemos afirmar que a representação do espaço é caracterizada por Kant como uma forma da intuição, e nada mais. Por conseguinte, qualquer intuição formulada pelo sentido externo é necessária e universalmente ordenada estruturalmente pela representação original do espaço. Paton (1936), utiliza o exemplo das lentes coloridas para ilustrar o

⁷ Tal como apontado em nota por Lisa Shabel, Gary Hatfield, em seu ensaio *Kant on the Perception of Space (and Time)*, trata destas relações e da forma como Kant faz referência e caracteriza as teorias sobre o espaço e sobre o tempo de seus oponentes. Hatfield aponta ainda que a segunda pergunta retórica também faz referência às perspectivas cruicianas e cartesianas. Sob estas perspectivas, o espaço seria caracterizado como uma “mera determinação” de Deus ou da matéria, respectivamente (HATFIELD, *apud* SHABEL, 2010, p 97).

estatuto que Kant atribui ao espaço na Estética Transcendental. Nesse sentido, esse exemplo pode ser útil para entendermos como a interpretação tradicional entende a subjetividade do espaço. De acordo com o exemplo das lentes azuis proposto por Paton (1936, p. 168), faz-se necessário realizar um exercício mental e se perguntar: Se utilizássemos lentes azuis nos olhos por toda a vida, poderíamos divisar com segurança o que é o azul da lente e o que é o azul da coisa em si? Para Paton, seria impossível realizar tal distinção, afinal, todos os objetos seriam observados por meio das lentes azuis. Nesse sentido, de acordo com a analogia proposta pelo filósofo escocês, as lentes azuis representam o espaço e o tempo tal como pensado por Kant.

Devemos assumir para este fim que nosso único sentido é a visão, para que o azul das coisas seja tão universal quanto suas características espaciais e temporais. Devemos também assumir que seria tão impossível para nós imaginar um objeto que não tivesse um matiz de azul quanto imaginar um objeto que não ocupa algum espaço e perdura por algum tempo (PATON, 1936, p. 168, tradução nossa).⁸

Neste sentido, devido à sua origem subjetiva, tal forma de intelecção acaba por codificar e descrever aspectos sobre a forma de todas as intuições sensíveis e, por conseguinte, nos revela apenas os aspectos formais dos aparecimentos. Portanto, nossa capacidade de imediatamente e intuitivamente representar objetos com formas espaciais não é apenas uma condição de toda a percepção das relações espaciais, é, sobretudo, condição formal de nossa sensibilidade. “O espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa” (CRP,

⁸ “We must assume for this purpose that our only sense is sight, so that the blueness of things is as universal as their spatial and temporal characteristics. We must also assume that it would be as impossible for us to imagine an object which was not some shade of blue as it is to imagine an object which does not occupy some space and last for some time” (PATON, 1936, p. 168).

A26/B42). O que, para Norman Kemp Smith (2003), evidencia a problemática da dupla caracterização da natureza psicológica do espaço na Estética Transcendental:

Por um lado, ela precede a experiência como uma intuição real, completa e consciente. Por outro lado, ela precede a experiência apenas como uma disposição potencial. Não é possível entender as afirmações mais explícitas de Kant se nos recusarmos a reconhecer a existência de ambas as visões (SMITH, 2003, p. 89, tradução nossa).⁹

De acordo com Smith, esse problema de ordem lógica na caracterização do espaço só será tratado de maneira adequada na Analítica, o que, por conseguinte, impõe que a argumentação circunscrita à Estética Transcendental seja interpretada como um desenvolvimento independente do resto da Crítica. “A Estética exige sua própria exegese separada, como se ela formasse por si mesma uma obra independente. Seus problemas são discutidos de um ponto de vista mais ou menos peculiar a si mesmo” (SMITH, 2003, p. 89, tradução nossa)¹⁰. Pensados por este viés, os argumentos circunscritos à Estética Transcendental não nos fornecem uma via de acesso à argumentação central da Crítica da Razão Pura. E, por conseguinte, todo o aparato argumentativo desenvolvido por Kant, para a defesa da tese da idealidade transcendental do espaço e do tempo, serviria apenas ao propósito de operar uma refutação antiempirista e antirracionalista de teorias precedentes.

⁹ “*On one view, it antedates experience as an actual, completed, conscious intuition. On the other view, it precedes experience only as a potential disposition. We rule ourselves out from understanding Kant’s most explicit utterances if we refuse to recognise the existence of both views*” (SMITH, 2003, p. 89).

¹⁰ “*The Aesthetic calls for its own separate exegesis, quite as if it formed by itself an independent work. Its problems are discussed from a standpoint more or less peculiar to itself*” (SMITH, 2003, p. 89).

A interpretação de Henry Allison: A tese da discursividade do conhecimento

De acordo com a tese da discursividade do conhecimento, todo conhecimento é formulado por meio de uma relação discursiva entre as estruturas cognitivas pré-existentes e as percepções sensíveis intuídas, o que, segundo Allison, explicaria a asserção kantiana de que as intuições puras devem estar dadas ao espírito, a priori, de modo a ordenar e dar forma aos dados fornecidos pela sensibilidade. Neste sentido, as intuições puras estabelecem-se como condições de possibilidade para a formulação discursiva de conhecimentos apodícticos sobre a experiência sensível. Além disso, a forma discursiva de formular os conhecimentos implica a existência de uma condição epistêmica, algo que sirva como uma norma e um limite para fundamentar a formulação discursiva de conhecimentos. “Por condição epistêmica entende-se aqui uma condição necessária para representação de objetos, ou seja, a condição sem a qual nossas representações não se relacionariam com os objetos ou, de forma equivalente, não seriam providas de realidade objetiva” (Allison, 2004, p. 11, tradução nossa)¹¹. De acordo com essa perspectiva, as intuições puras acabam por se caracterizar como condições epistêmicas, dispositivos subjetivos necessários para a representação de objetos dados pela sensibilidade, o que, para Allison, promove uma negação da ontologia do espaço e do tempo.

Incontroversamente, a doutrina da idealidade transcendental de Kant envolve uma negação das ontologias tradicionais do espaço e do tempo (as alternativas disponíveis ao realismo transcendental), mas não decorre disso que ela mesma seja uma ontologia alternativa. Ela também pode ser vista como uma alternativa à ontologia, segundo a qual espaço e

¹¹ “By an epistemic condition is here understood a necessary condition for the representation of objects, that is, a condition whithout which our representations would not relate to objects or, equivalently, possess objective reality” (ALLISON, 2004, p. 11).

tempo são entendidos em termos de suas funções epistêmicas (como formas ou condições do sentido externo e interno, respectivamente) e não como "realidades" de um tipo ou de outro (ALLISSON, 2004, p. 98, tradução nossa).¹²

Sendo assim, seguindo a posição de Allison, podemos entender a argumentação que Immanuel Kant desenvolve na Estética Transcendental como algo muito maior que uma simples refutação de teorias metafísicas precedentes. Para Allison, a argumentação circunscrita a este trecho da primeira Crítica, sobretudo os argumentos da Exposição Metafísica do conceito do espaço, devem ser compreendidos como o que fundamenta toda a argumentação sobre a idealidade transcendental do espaço e do tempo. Com efeito, tal como apontado anteriormente, os argumentos da Exposição Metafísica têm como objetivo demonstrar que a representação do espaço é uma intuição pura, que sua origem não é empírica e que seu conteúdo, a representação única e una do espaço, está dada no ânimo a priori. No entanto, de acordo com a interpretação de Henry Allison, os principais argumentos de Kant em defesa da tese da idealidade transcendental do espaço são aqueles formulados como as consequências da Exposição Metafísica do conceito do espaço. No primeiro argumento Kant afirma que:

O espaço não representa qualquer propriedade das coisas em si, nem essas coisas nas suas relações recíprocas; quer dizer, não é nenhuma determinação das coisas inerente aos próprios objetos e que permaneça, mesmo abstraindo de todas as condições subjetivas da intuição. Pois nenhuma determinações, quer absolutas, quer relativas, podem ser intuídas

¹² “Uncontroversially, Kant's doctrine of transcendental ideality involves a denial of the traditional ontologies of space and time (the alternatives available to transcendental realism), but it does not follow from this that it is itself an alternative ontology. It may also be seen as an alternative to ontology, according to which space and time are understood in terms of their epistemic functions (as forms or conditions of outer and inner sense, respectively) rather than as ‘realities’ of one sort or another” (ALLISSON, 2004, p. 98).

antes da existência das coisas a que convêm, ou seja, a priori (CRP, A26/B42).

Tal como lembrado por Allison, essa é a primeira vez que Kant faz alusão à coisa em si mesma na Crítica, o que é feito com o intuito claro de estabelecer uma clara distinção entre o objeto intuído e o objeto em si. Com efeito, o espaço é caracterizado por Kant como a forma do sentido externo e não estabelece relação alguma com o objeto em si, o qual não pode ser acessado por meio da sensibilidade. O que, por conseguinte, sugere que, para Kant, a “coisa em si” é a coisa que só pode ser pensada, ou abstraída, de maneira independente e sem relação alguma com as condições subjetivas da intuição. Ou seja, nossa capacidade cognitiva, limitada pelas condições epistêmicas que são a forma da sensibilidade, não é capaz de inteligir a coisa em si de maneira segura. Nesse sentido, podemos afirmar que o primeiro argumento expressa uma negação, expõe um limite de nossa capacidade cognitiva. Por outro lado, no segundo argumento Kant afirma que:

O espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa. Como a receptividade do sujeito, mediante a qual este é afetado por objetos, precede necessariamente todas as intuições desses objetos, compreende-se como a forma de todos os fenômenos possa ser dada no espírito antes de todas as percepções reais, por conseguinte a priori, e, como ela, enquanto intuição pura na qual todos os objetos têm que ser determinados, possa conter, anteriormente a toda a experiência, os princípios das suas relações (CRP, A26/B42).

Neste segundo argumento, Kant retoma a distinção entre a matéria e a forma do aparecimento. No início da Estética Transcendental o filósofo prussiano esclarece que a matéria dos aparecimentos nos é dada a posteriori. Por outro lado, a forma do aparecimento, o que ordena e dá forma à sensação para que a sensibilidade possa formular uma

representação do objeto dado, deve encontrar-se a priori no espírito, pronta a aplicar-se ao aparecimento no momento imediato em que se dá o evento da sensação. Para Allison, Kant faz referência a essa distinção para deixar claro que o conteúdo da intuição pura, o conteúdo desta representação original do espaço, não é nada mais que a condição subjetiva da sensibilidade humana. De acordo com Allison, no parágrafo subsequente Immanuel Kant expressa a conclusão a que os dois argumentos anteriores o conduzem e, por conseguinte, o argumento principal, em favor da idealidade transcendental do espaço:

Só assim, do ponto de vista do homem, podemos falar do espaço, de seres extensos, etc. Se abandonarmos porém a condição subjetiva, sem a qual não podemos receber intuição exterior, ou seja, a possibilidade de sermos afetados pelos objetos, a representação do espaço nada significa. Este predicado só é atribuído às coisas na medida em que nos aparecem, ou seja, são objeto da sensibilidade (CRP, A26-27/B42-43).

Para Allison, os argumentos apresentados nessa seção se caracterizam como o fundamento último da tese da idealidade transcendental do espaço e, por conseguinte, do tempo. Nesse sentido, podemos afirmar que o argumento supracitado tanto afirma a idealidade transcendental do espaço, quanto garante a compatibilidade desta idealidade com a realidade empírica do espaço. O que, por conseguinte, acaba por caracterizar a representação do espaço como um estado ou modificação da sensibilidade, um aspecto formal de nossa própria capacidade cognitiva que nos permite formular conhecimentos discursivos objetivamente válidos sobre a experiência sensível. Sendo assim, para Allison, a principal conclusão da argumentação kantiana em defesa do idealismo transcendental, não precisa passar necessariamente pelo argumento da geometria:

[...] o argumento da idealidade pode contornar completamente as Exposições Transcendentais ou quaisquer considerações sobre a natureza da

geometria. Na verdade, o máximo que tais considerações poderiam fornecer é um apoio independente para a afirmação de que a representação do espaço é a priori e intuitiva, o que ainda deixa a tarefa de demonstrar que o espaço em si é transcendentemente ideal (ALLISON, 2004, p. 118, tradução nossa)¹³.

Para Allison, as principais conclusões dos argumentos de Kant em defesa da idealidade transcendental do espaço estão circunscritas às conclusões das Exposições Metafísica e Transcendental do conceito de espaço. De acordo com a tese da discursividade do conhecimento, todo conhecimento é formulado por meio de uma relação discursiva entre as estruturas cognitivas pré-existentes e as percepções sensíveis intuídas, o que, segundo Allison, explicaria a asserção kantiana de que as intuições puras devem estar dadas ao espírito, a priori, de modo a ordenar e dar forma aos dados fornecidos pela sensibilidade. “Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas.” (CRP, A52/B76). Neste sentido, as intuições puras estabelecem-se como condições de possibilidade para a formulação discursiva de conhecimentos apodícticos sobre a experiência sensível.

Além disso, a forma discursiva como nossa capacidade cognitiva formula os conhecimentos implica a existência de uma condição epistêmica, algo que sirva como uma norma e um limite para fundamentar a formulação discursiva de conhecimentos.

Por condição epistêmica entende-se aqui uma condição necessária para representação de objetos, ou seja, a condição sem a qual nossas representações não se relacionariam com os objetos ou, de forma

¹³ “*The argument for ideality can bypass completely the Transcendental Exposition or any considerations about the nature of geometry. In fact, the most that any such considerations could provide is independent support for the contention that the representation of space is a priori and intuitive, which still leaves the task of demonstrating that space itself is transcendentally ideal*” (ALLISON, 2004, p. 118).

equivalente, não seriam providas de realidade objetiva (ALLISON, 2004, p. 11, tradução nossa).¹⁴

Neste sentido, as intuições puras, tal como caracterizadas por Kant, podem ser entendidas, segundo a perspectiva interpretativa de Allison, como as referidas condições epistêmicas necessárias para a representação de objetos dados pela sensibilidade, ou seja, como se fossem as normas gramaticais que dão forma, ordenam e limitam o conhecimento discursivo formulado sobre objetos dados pela sensibilidade.

O ponto crucial é que para Kant esta capacidade original de ordenabilidade, bem como a própria ordenação atual, é uma contribuição da capacidade cognitiva do sujeito, e que isto marca a sua ruptura decisiva com a argumentação empirista (bem como com a racionalista) sobre a sensibilidade. Kant já indicava isto nos desenvolvimentos iniciais sobre a receptividade na *Estética Transcendental*, onde ele define a receptividade, ou sensibilidade (ele iguala os dois), como “a capacidade [Fähigkeit] de adquirir representações através da forma [die Art] como somos afetados por objetos” (A19/B33). Nesta definição indica claramente que a sensibilidade envolve não apenas uma capacidade de ser afetado por objetos, e, portanto, de receber dados sensoriais, mas também de ser afetado de uma “certa forma” ou “maneira” (Art). Isto significa que a forma como a sensibilidade apresenta os seus dados ao entendimento para a sua conceptualização já reflete uma forma particular de os receber, ou seja, uma certa forma de intuição, que é determinada pela natureza da sensibilidade humana e não pelos objetos que lhe causam afecção (ALLISON, 2004, p. 14, tradução nossa)¹⁵.

¹⁴ “By an epistemic condition is here understood a necessary condition for the representation of objects, that is, a condition without which our representations would not relate to objects or, equivalently, possess objective reality” (ALLISON, 2004, p. 11).

¹⁵ “The crucial point is that for Kant this original orderability, as well as the actual ordering, is a contribution of the cognitive subject and that this marks his decisive break with empiricistic (as well as rationalistic) accounts of sensibility. Kant already hints at this

Pensado sob esta perspectiva, o desenvolvimento kantiano sobre os dispositivos de que a mente se vale para conseguir inteligir os dados fornecidos pela sensibilidade acaba indo muito além de uma mera teoria metafísica antiempiricista ou antirracionalista. O Idealismo Transcendental kantiano, sobretudo no que cerne à formulação de um conhecimento discursivo sobre dados sensíveis, acaba por se caracterizar como uma teoria metaepistemológica. Sendo assim, far-se-á necessário enquadrar a caracterização da intuição pura como forma da sensibilidade sob o escopo de um esquema mais geral proposto pelo filósofo de Königsberg. De modo que, a argumentação circunscrita a este trecho da primeira Crítica de Kant deve ser compreendida como a pedra angular sobre a qual se assentarão as bases de toda a edificação argumentativa subsequente, afinal, tal como o filósofo prussiano afirma no primeiro parágrafo adicionado à segunda edição de sua Crítica:

Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início (CRP, B1).

in his initial account of receptivity in the Transcendental Aesthetic, where he defines it or sensibility (he equates the two) as "the capacity [Fähigkeit] to acquire representations through the way [die Art] in which we are affected by objects" (A19/B33). At this definition clearly indicates, sensibility involves not merely a capacity for being affected by objects, and, therefore, for receiving sensory data, but also for being affected in a "certain way" or "manner" (Art). This means that the way in which sensibility presents its data to the understanding for its conceptualization already reflects a particular manner of receiving it, that is, a certain form of intuiting, which is determined by the nature of human sensibility rather than by the affecting objects" (ALLISON, 2004, p. 14).

Desta forma, podemos entender os juízos que a mente formula ao interpretar os dados sensíveis como os primeiros passos da construção de um conhecimento discursivo, e para entender profundamente nossa capacidade cognitiva, como pretendia Kant com sua *Crítica da Razão Pura*, faz-se necessário analisar cada passo desta construção discursiva. De modo que, com isso, possamos chegar àquilo que necessária e universalmente deve estar implicado em todos os juízos, algo que limite, ordene e dê forma a todo o conhecimento formulado discursivamente. Kant deixa claro no trecho supracitado, que todo o conhecimento formulado por nossa capacidade cognitiva tem o seu início com a experiência sensível. Então, entender como nossa capacidade cognitiva consegue entender discursivamente a experiência sensível é um passo importante para entendermos como a mente formula discursivamente qualquer tipo de conhecimento.

Sendo assim, de acordo com a interpretação de Henry Allison, a caracterização kantiana da intuição pura como forma da sensibilidade tem importância crucial para a fundamentação das argumentações subsequentes. Com efeito, no desenvolvimento subsequente, Immanuel Kant assume como verdade necessária a proposição que caracteriza a intuição pura como aquilo que, necessária e universalmente, ordena e dá forma ao conteúdo dado pela sensibilidade. Dado que o caráter discursivo de nossa capacidade cognitiva torna necessária a existência de um princípio que preceda o juízo sintético a priori a fim de validá-lo objetivamente, o espaço e o tempo podem ser caracterizados como condições epistêmicas. Com efeito, tais condições epistêmicas são elementos importantes para a fundamentação da síntese teórica que possibilita a aquisição de conhecimentos apodícticos e verdadeiramente novos sobre as relações espaciotemporais estabelecidas entre os objetos que ocupam um lugar no espaço e estão sujeitos à passagem do tempo. Portanto, as intuições puras acabam por caracterizar-se como princípios originais de ordenabilidade das sensações. Isso, por conseguinte, acaba por caracterizar tais representações como um aspecto formal da sensibilidade

que nos permite formular conhecimentos discursivos objetivamente válidos sobre a experiência sensível.

Considerações finais

Esperamos que nossa exposição tenha evidenciado o caráter peculiar da interpretação de Allison, sobretudo, no que cerne à sua tentativa de entender a tese da idealidade transcendental do espaço kantiana à luz da teoria da discursividade do conhecimento. É preciso concordar que a já secularizada interpretação tradicional da Estética Transcendental possui muitos méritos, sobretudo ao reconhecer a definição de Kant sobre o espaço como uma tentativa de preencher as lacunas deixadas pelas teorias empiristas e racionalistas que a precederam. Contudo, acreditamos que a Estética Transcendental deve ser interpretada como uma das partes de uma complexa investigação filosófica, ao contrário do que afirmam os comentadores que defendem a interpretação tradicional. Para tanto, a interpretação de Henry Allison nos fornece recursos teóricos mais apropriados que a abordagem tradicional. É adequado reconhecer o esforço do filósofo estadunidense na busca de uma nova via de acesso a um trecho já super interpretado da primeira Crítica de Kant. Desta forma, faz-se necessário levarmos em consideração que a definição kantiana do espaço e do tempo como intuições puras pode fazer parte do desenvolvimento de uma teoria mais ampla sobre a discursividade do conhecimento. Sob esta perspectiva, a tese da idealidade transcendental do espaço excede o papel atribuído a ela pela interpretação tradicional, passa a ser compreendida como algo mais que uma refutação de teorias racionalista e empiristas sobre o espaço. Ao levarmos em conta o viés interpretativo proposto por Allison, as intuições puras, espaço e tempo, passam a ser concebidas como as condições epistêmicas, necessárias para a formulação de qualquer conhecimento discursivo sobre a experiência sensível. Por conseguinte, o espaço e o tempo passam a ser encarados como princípios originais de ordenabilidade das sensações, sem os quais

não seria possível a formulação de conhecimentos apodícticos verdadeiramente novos sobre a experiência sensível. Desta forma, acreditamos que a interpretação de Allison nos fornece uma via de acesso mais fértil para entendermos de que forma e com que fins Immanuel Kant desenvolve sua exaustiva investigação sobre a objetividade em geral ao longo da Crítica da Razão Pura. Apesar de a limitação do conhecimento e a completude do argumento acerca da idealidade transcendental do espaço só serem completamente estabelecidas no final da Dedução Transcendental, acreditamos que só seria possível ao filósofo prussiano chegar a tais conclusões por meio do estabelecimento do espaço e do tempo como intuições puras. Condições epistêmicas necessárias para a validação da objetividade e apoditicidade de conhecimentos formulados a partir da experiência sensível, tais como os formulados pela geometria.

Não é possível afirmar com segurança se Immanuel Kant pensou a Estética Transcendental como um trecho independente do resto da Crítica, ou se a argumentação ali desenvolvida realmente faz parte de uma teoria mais ampla. O que se pode afirmar com segurança é que a tese da idealidade transcendental do espaço kantiana nos exorta a pensar na limitação de nossa capacidade cognitiva. Nos exorta a refletir sobre nosso ponto de vista, humano, finito e limitado que, apesar de sua finitude e limitação, é capaz de conceber conhecimentos apodícticos sobre as relações estabelecidas por objetos que nos são dados pelas lentes míopes da sensibilidade. Com efeito, a objetividade e realidade do objeto observado é implicada pela forma como nossa limitada capacidade cognitiva representa o objeto como independentemente real e objetivo. Portanto, a realidade tanto da experiência sensível quanto do objeto intuído não advém do objeto em si, mas sim da própria capacidade cognitiva humana, a qual intui de maneira transcendental o objeto em si, que por sua vez é imbuído de realidade e objetividade por meio da realidade e objetividade atribuída à representação do objeto apercebido pela sensibilidade. Eis o aspecto da Filosofia Crítica de Kant que acaba por caracterizar sua revolução filosófica como uma revolução copernicana, mediante esta revolução são os objetos da experiência que deverão se conformar com o conhecimento;

não é o conhecimento que deve vir a ser conformado de acordo com os objetos de nossa experiência. Ora, Newton e Leibniz exerceram forte influência sobre o pensamento de Kant, isso é certo, contudo, faz-se necessário ressaltar que é a Idealidade Transcendental do espaço kantiana que operou a revolução na forma como entendemos a fundamentação da síntese teórica sobre dados obtidos pela sensibilidade. O ineditismo da teoria de Kant deve ser ressaltado, afinal, partindo de premissas empiristas e racionalistas o filósofo prussiano cunhou seu caminho rumo as suas próprias conclusões. Sendo assim, concordando ou não com as conclusões a que chega o prussiano, é adequado aceitar que seu método de investigação filosófica revolucionou a forma como a Filosofia pensa o espaço, por conseguinte, caracteriza-se como o principal legado de sua *Crítica da Razão Pura*.

Referências

- ALLISON, Henry E. *Kant's Transcendental Idealism: An interpretation and defense*. New Haven: Yale University Press, 2004. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctt1cc2kjc>.
- FOLSCHEID, DOMINIQUE; WUNENBURGER, JEAN-JACQUES. *Metodologia Filosófica*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUYER, Paul. *Kant and the Claims of Knowledge*. London: Cambridge University Press, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511624766>.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manoela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, Immanuel. *Lógica*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- KÖRNER, Stephan. *Kant*. New York: Penguin Books, 1990.
- PATON, Herbert James. *Kant's Metaphysics of Experience. A Commentary on the first half of the "Kritik der reinen Vernunft"*. vol. 1. London: G. Allen & Unwin, 1936.

SMITH, Norman Kemp. *A commentary to Kant's 'Critique of Pure Reason'*. London: The Macmillan Press, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1057/9780230595965>.

SHABEL, Lisa. The transcendental aesthetic. In: GUYER, Paul (ed.). *The Cambridge Companion to Kant's Critique of Pure Reason*. New York: Cambridge University Press, 2010.

Data de registro: 08/11/2021

Data de aceite: 18/02/2022